

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
• ANO XVIII Nº 176 • RETROSPECTIVA 2014 •

# A

JORNAL DA ANAMATRA



# RETROSPECTIVA

# Carta ao Associado

Caros colegas,

Como acontece todos os anos, o Jornal da Anamatra - "Retrospectiva 2014", em sua edição especial, traz de forma resumida os fatos mais relevantes que marcaram as atividades da entidade. No ano de 2014 tivemos importantes avanços na atuação da Anamatra, em que pese nem todas as investidas e atuações tenham gerado o resultado desejado. Por isso, continuaremos propondo e atuando na defesa dos direitos sociais e dos direitos e prerrogativas da Magistratura no ano que se inicia.



É importante destacar que tais direitos somente são efetivamente assegurados quando os bons exemplos são disseminados na sociedade civil. Assim, registramos com satisfação que chegamos aos 10 anos de existência do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). Ao longo desse período, o TJC atingiu mais de 100 mil estudantes e jovens trabalhadores em 21 estados brasileiros e no Distrito Federal. Magistrados do Trabalho, membros do Ministério Público, advogados, professores de Direito e servidores do Judiciário difundiram ensinamentos sobre direitos fundamentais, Direito do Trabalho, direitos da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, ética e cidadania diretamente nas escolas, especialmente as públicas.

O combate à precarização das relações de trabalho, mais uma vez, foi um dos destaques de atuação da Anamatra em 2014. A entidade é contrária à regulamentação da terceirização como está posta e acompanha a tramitação das propostas legislativas sobre o tema no Congresso Nacional. A associação manteve uma atuação firme na defesa dos direitos sociais fundamentais, promovendo diversas reuniões com parlamentares, fóruns, sindicatos e participações em audiências públicas.

Também registramos, com satisfação, que a Justiça do Trabalho está na vanguarda na tomada de iniciativas por eleições diretas nos tribunais. Exemplo disso foi a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) de consultar os juízes de 1º grau quanto aos candidatos a presidente e vice-presidente do Tribunal. E melhor ainda foi o resultado na 17ª (ES), seguida pela 1ª Região (RJ), que alteraram os seus respectivos regimentos, para ampliar o colégio eleitoral, permitindo que todos os juízes vitalícios elejam os presidente e vice-presidente, daqueles Tribunais nas próximas eleições. Dessa forma, a Anamatra reafirma sua histórica defesa de um modelo teórico, constitucional e democrático de independência da Magistratura.

Mas, ao fim e ao cabo, a luta pela valorização da carreira esteve no centro da nossa agenda ao longo do ano. Iniciamos 2014 pondo em prática a articulação, gestada nas associações trabalhistas, de procurar envolver, de forma concreta, todas as associações de juízes e do Ministério Público com as instituições do Poder Judiciário e do Ministério Público em torno da bandeira da valorização dessas carreiras pelo restabelecimento do ATS. Foi uma grande articulação e que demandou muito trabalho de todos. Conseguimos colocar o assunto na agenda do Congresso Nacional. Atualmente a PEC 63 está pronta para votação no Senado. Embora os significativos avanços, precisamos reconhecer que ainda não conseguimos vencer o Executivo, principal opositor no Parlamento desse justo pleito que beneficia todos os juízes e que voltará a dar sentido à carreira.

Mas esse não foi o único tema que mereceu atenção da Anamatra e das Amatras. A mobilização durante o ano de 2014 na Câmara e no Senado, e que envolveu centenas de colegas, focou em outros projetos relacionados à valorização da carreira. Nesse sentido, foi aprovado o reajuste dos subsídios aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que recompôs parcialmente as perdas inflacionárias, bem como a aprovação da lei específica que cria a gratificação por acúmulo de jurisdição, uma injustiça histórica e que começa a ser reparada.

Somando esforços com as principais entidades do serviço público, a Anamatra se incorporou ao esforço que tenta aprovar PEC nº 555/2006, que põe fim à contribuição previdenciária de 11% sobre o benefício de aposentados que exceda o teto do INSS. A matéria aguarda deliberação do Plenário e, como acontece com qualquer iniciativa que reduz receitas, o Executivo tem forte atuação na Câmara para evitar que a matéria seja votada.

Outro tema marcante foi realização do 17º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), integrado ao 4º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados. O encontro reuniu mais de 600 participantes, e fez uma reflexão sobre o necessário diálogo entre o Poder Judiciário e a sociedade. Ao lado disso, ofereceu importantes ferramentas políticas para a atuação da entidade no próximo período.

Estivemos permanentemente no STF, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) atuando em defesa da Magistratura e da Justiça do Trabalho, em prol da melhor qualidade de vida do magistrado, combatendo a cobrança desmedida por produtividade, ressaltando que muitas das metas impostas não guardam conexão com os interesses da prestação jurisdicional célere, sem perder a qualidade.

Esses e tantos outros temas continuam na ordem do dia e na agenda da Anamatra. Como podem ver, 2015 terá ainda maiores responsabilidades, desafios e a continuação das amplas atividades da associação.

Boa leitura a todos e todas.

**Paulo Luiz Schmidt**

Presidente da Anamatra

# VALORIZAÇÃO DA CARREIRA

A Anamatra se mobilizou durante o ano de 2014 na Câmara e no Senado em prol de projetos relacionados à valorização da carreira. Nesse sentido, dirigentes das Anamatra e das Amatras, membros da Comissão Legislativa da entidade e juízes do Trabalho de diversas regiões do país participaram de reuniões com parlamentares e líderes nas duas Casas, de audiências públicas, entregas de notas técnicas, entre outros.



## Destaques

## SUBSÍDIO

O Projeto de Lei (PL) nº 7917/2014, que dispõe sobre o reajuste do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi um dos focos de mobilização da Anamatra no ano de 2014. A proposta foi aprovada pelos Plenários da Câmara e do Senado Federal no dia 17 de dezembro, aumentando o subsídio dos ministros da Corte de R\$ 29.462,25 (2014) para R\$ 33.763,00 a partir de janeiro de 2015, o que representa um acréscimo de 14,6% e sancionada no último dia 12 de janeiro de 2015.

A Anamatra acompanhou a tramitação da proposta em todas as comissões da Câmara dos Deputados,

reuniu-se com lideranças dos partidos buscando assinaturas de apoio para a tramitação em regime de urgência. Ainda sobre o tema, a entidade divulgou nota pública, defendendo o reajuste tanto para magistrado quanto para servidores do Poder Judiciário no sentido de recompor as perdas inflacionárias e valorizar as funções administrativas imprescindíveis às atividades jurisdicionais. Com certeza o resultado não foi o buscado pela Associação, que pretendia a recomposição de 26,92%, tendo em vista as perdas inflacionárias nos últimos anos, mas foi uma conquista diante do quadro que se apresentava.



## GRATIFICAÇÃO POR ACÚMULO



Também no Plenário das duas casas a Anamatra acompanhou a aprovação, do PL 7891/2014, que institui a gratificação por exercício cumulativo de função administrativa aos membros da Justiça do Trabalho. O benefício vale para o magistrado que atuar em mais de um órgão do Judiciário, ou em acervo processual distinto.

O projeto sofreu emenda patrocinada pelo Executivo, que excluiu a acumulação administrativa e impôs a natureza remuneratória à gratificação. Em face disso, a Anamatra e a Ajufe articulam novos projetos para contemplar a acumulação de jurisdição com funções administrativas.

## LOA

A Anamatra, juntamente com a AMB e Ajufe, ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com Mandado de Segurança (MS) coletivo (33.190) com pedido de liminar, contra ato da presidente da República, Dilma Rousseff, pelos cortes efetuados na proposta orçamentária do Poder Judiciário da União. No mesmo sentido, a Procuradoria-Geral da República (PGR) impetrou o MS 33.186, que recebeu liminar favorável da ministra Rosa Weber, no dia 31 de outubro, determinando que a presidente da República incluísse no projeto do Orçamento de 2015 a previsão de receitas aprovada originalmente pelo Judiciário e pelo Ministério Público. A LOA aguarda votação no Congresso Nacional.

## Destaques

### LDO

Outro foco de atuação no Parlamento foi o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 (PLN 3/14) aprovado no Plenário do Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, uma proposta que inclui a execução impositiva das emendas no texto constitucional.

### APOSENTADOS

Também no Plenário da Câmara trabalharam em parceria com entidades de aposentados, pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 555/2006, que põe fim à contribuição previdenciária de 11% sobre o benefício de aposentados que exceda o teto do INSS. A matéria aguarda deliberação do Plenário. Por certo, os trabalhos continuam em 2015 para que a PEC seja concluída.

### AUXÍLIO-MORADIA

A Anamatra durante o ano de 2014 atuou também no tema participando de reuniões e encontros com conselheiros.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou, em outubro, o pagamento de auxílio-moradia a todos os juizes do país e fixou em R\$ 4.377,73 o valor do benefício para os magistrados – o mesmo previsto para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por decisão liminar do ministro Luiz Fux, da Suprema Corte, todos os juizes federais, estaduais, da Justiça do Trabalho e da Justiça Militar passaram a ter a prerrogativa de receber o auxílio-moradia.

O CNJ, no entanto, entendeu que a concessão do benefício não é retroativa, ou seja, só valerá a partir da primeira liminar concedida por Fux em favor dos magistrados, em 15 de setembro.

Embora a Resolução CNJ 199 tenha excluído os juizes aposentados, a Anamatra aditou o seu pedido na ACO – Ação Cível Originária 2511 para pedir ao ministro Fux a expressa extensão do direito aos inativos, considerando-se jurisprudência do STF que admite a manutenção de verba indenizatória na inatividade, quando ligada à necessidades essenciais da pessoa.

# REFORMULAÇÃO DO MODELO DE DISCUSSÃO DAS METAS PARA O PODER JUDICIÁRIO



A Anamatra encaminhou ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, ofício no qual ressalta a necessidade da reformulação do atual modelo de discussão de metas que tem vigorado há anos no Poder Judiciário. No ofício, a entidade explica que se trata de uma deliberação unânime das 24 entidades regionais de magistrados. No documento, a Anamatra faz um questionamento sobre a eficácia da própria política de metas. Segundo a entidade, o que se tem visto nos últimos anos são atos de voluntarismo com foco principalmente na figura do magistrado e sua produtividade e não o papel da instituição. Para Anamatra, as metas são impostas e quase todas não guardam conexão com os interesses do jurisdicionados, com os gargalos das regiões jurisdicionais, além de não considerarem a diversidade e as especificidades do Judiciário até mesmo dentro de um mesmo ramo do Judiciário.

## Destaques

## ELEIÇÕES DIRETAS

A Justiça do Trabalho tem a vanguarda na tomada de iniciativas por eleições diretas nos tribunais, a exemplo da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) de consultar os juízes de 1º grau quanto aos candidatos a presidente e vice-presidente do Tribunal. Histórica defensora de um modelo teórico constitucional de independência da Magistratura, jurisdicional e funcional, a Anamatra sempre atuou no sentido de que a escolha dos dirigentes dos tribunais recaísse sobre os seus pares.

Exemplo dessa atuação foi a mobilização das associações regionais de magistrados do Trabalho (Amatras) em uma ação conjunta para pedir eleições diretas para escolha dos dirigentes dos tribunais. A mobilização

marcou a realização de atos políticos e protocolo nos Tribunais Regionais do Trabalho de requerimentos solicitando a alteração imediata dos regimentos internos dos tribunais para permitir que os juízes participem das eleições de escolha dos presidentes e vice-presidentes. Nas regiões onde já havia protocolo, as Amatras fizeram requerimento aos TRTs para inclusão em pauta do pleito.

O trabalho de mobilização já rendeu frutos na 1ª e 17ª Regiões, Rio de Janeiro e Espírito Santo, respectivamente, que tiveram seus regimentos alterados, ampliando o quadro de eleitores no próximo processo eleitoral, quando haverá a participação dos magistrados de 1º grau.







# Destaques

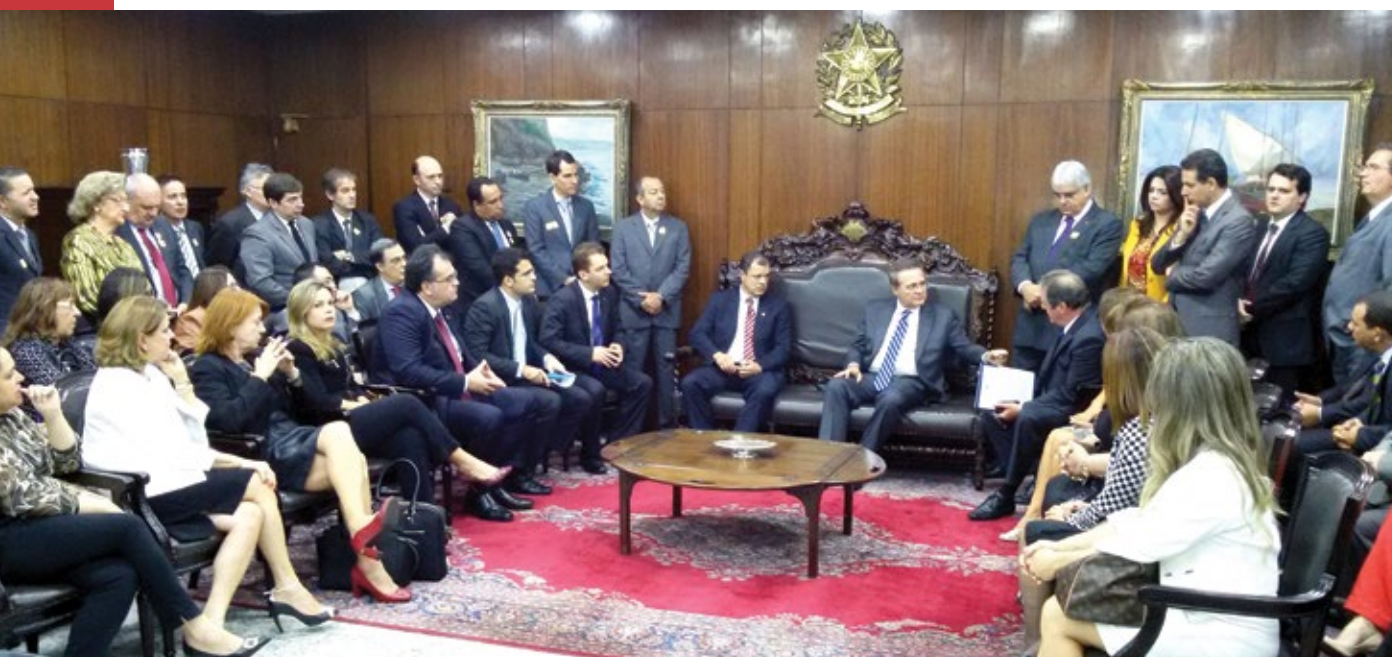


## ATS

No Senado Federal a Anamatra com todo apoio das Amatras atuou pela aprovação da PEC 63/2013, que institui a parcela de valorização por tempo de exercício nas carreiras do Ministério Público e da Magistratura, com a realização de diversas reuniões, audiências públicas, entrega de nota técnica e envio de nota pública a imprensa. O texto aguarda deliberação do Plenário em dois turnos.



# Destaques



# Destaques



## Destaques

# CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A Anamatra durante o ano de 2014 realizou reuniões para discutir o novo Código de Processo Civil (CPC). Membros da Comissão Legislativa da entidade e diversos juristas de toda parte do Brasil estiveram acompanhando a aprovação do novo CPC. A matéria segue agora para sanção presidencial. A Anamatra acompanha desde o início a tramitação do novo Código de Processo Civil, entregando notas técnicas, participando de audiências públicas, além de reuniões com deputados e senadores a fim de expor a posição da entidade acerca do novo CPC. Nesse sentido, a Associação instalou Comissão de Estudos em novembro de 2009 para analisar o texto do anteprojeto, que resultou no PLS 166/2010. A Comissão concluiu seus trabalhos em fevereiro após dois prazos para participação dos associados. O primeiro para recebimento de sugestões e o segundo para consulta pública do material produzido pela Comissão. O material da Anamatra foi entregue ao presidente da Comissão de Juristas, ministro Luiz Fux, em abril de 2010, e posteriormente, em setembro para o relator-geral, senador Valter Pereira (PMDB-MS). Na Câmara dos Deputados, a Anamatra apresentou duas sugestões de emendas ao deputado Paes Landim (PTB-PI), que as protocolou perante a Comissão Especial (emendas nº 603 e 604). Mais recentemente, em julho de 2014, a Anamatra instalou uma segunda Comissão interna a fim de conhecer as diferenças dos textos aprovados na Câmara e no Senado e também analisar as emendas já apresentadas na Comissão Especial do Senado. A Comissão Especial recebeu 186 emendas, que foram analisadas pela Comissão de Estudos da Anamatra.



## TERCEIRIZAÇÃO



Terceirização foi um dos destaques de atuação da Anamatra em 2014. A entidade, dando continuidade às atividades anteriormente iniciadas, é contrária à regulamentação da terceirização como se apresenta e acompanha a tramitação das propostas legislativas sobre o tema no Congresso Nacional. Várias são as iniciativas da associação, valendo destacar diversas reuniões com parlamentares, fóruns, participação em audiências públicas, envio de artigos a imprensa e entrega de notas técnicas. A entidade protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), pedido de ingresso como amicus curiae no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 713211, com repercussão geral, de

relatoria do ministro Luiz Fux, que coloca em debate o conceito da atividade-fim de uma empresa e quais atividades de uma empresa podem ou não ser terceirizadas. A Anamatra participou também em agosto do seminário “A terceirização no Brasil: impactos e resistências e lutas”, evento realizado pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania, vinculado à faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), além de ter se reunido com representantes da Central Brasileira do setor de serviços (Cebrasse), e palestrado no Sindicato dos Comerciantes de Carazinho (RS).

## Destaques





## VAGAS PARA OS TRIBUNAIS

Os magistrados também compareceram à Comissão Especial da PEC 204/2012, que retira da apreciação dos tribunais a forma de indicação de membros do Ministério Público e advogados às vagas nos tribunais, autorizando o envio direto ao Poder Executivo.

## APOSENTADORIA COMPULSÓRIA



Durante os contatos com parlamentares os magistrados também ressaltaram o posicionamento histórico da Anamatra contra a PEC 457/05, conhecida como PEC da Bengala, que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos servidores públicos, que está pronta para votação em Plenário desde 2006 no Plenário da Câmara. Entre os argumentos da Anamatra está o de que a PEC é contrária à lógica republicana e representa um obstáculo à oxigenação do Judiciário.

## Destaques

# 17º CONAMAT E 4º ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS DO TRABALHO APOSENTADOS

Mais de 600 congressistas reuniram-se dos dias 29 de abril a 2 de maio de 2014 em Gramado (RS) no 17º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat). O maior evento científico da classe proporcionou uma reflexão sobre o necessário diálogo entre o Poder Judiciário e a sociedade. Para isso, contou com a experiência dos magistrados aposentados, com a realização simultânea do evento com o 4º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados. Como resultado dos debates, realizado em comissões, painéis e conferências, a Assembleia Geral do 17º Conamat aprovou 88 teses.





# Destaques



# Destaques



## Destaques

## PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS



A Anamatra realizou a sexta edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2014. A cerimônia aconteceu no Centro Cultural Justiça Federal, no Rio de Janeiro (RJ), e contou com a participação de presidentes das Amatras, magistrados de diversas Regiões, entre outras autoridades. A solenidade de premiação teve como mestre de cerimônias a atriz Dira Paes, do Movimento Humanos Direitos (MHud), entidade apoiadora desta edição, a exemplo da Amatra 1 (RJ). A Anamatra recebeu 96 inscrições nas categorias Cidadã, Imprensa (subcategorias: impresso, televisão, rádio e fotografia)

e Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O vencedor em cada categoria/subcategoria recebeu premiação em dinheiro no valor de R\$10.000,00 e a estatueta inspirada no "Cilindro de Ciro", artefato de barro de 539 a.C, que tem sido valorizada positivamente por seu sentido humanista e é considerada a primeira declaração de direitos humanos da História. O objetivo da Anamatra com o Prêmio é valorizar e incentivar ações e atividades realizadas por pessoas físicas e jurídicas comprometidas com a promoção efetiva da defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho.



# Destaques





## 10 ANOS DO PROGRAMA TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA (TJC)

A Anamatra comemorou os 10 anos de existência do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). Desde a sua criação, o TJC já atingiu mais de 100 mil estudantes e jovens trabalhadores em 21 estados brasileiros e no Distrito Federal. O TJC é realizado em parcerias da Anamatra e das Amatras com Tribunais, Escolas Judiciais, Ministério Público, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Secretarias de Educação e de Cultura, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros. Dessa forma, magistrados do Trabalho, juntamente com membros do Ministério

Público, advogados, professores de Direito e servidores do Judiciário, difundem ensinamentos sobre direitos fundamentais, Direito do Trabalho, direitos da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, Direito Penal, ética e cidadania nas escolas, especialmente as públicas. Entre as ações realizadas, o Programa possibilita a visita ao Poder Judiciário e a realização de culminâncias, nas quais os alunos, com o acompanhamento de professores e magistrados, apresentam trabalhos sobre os temas do TJC aprendidos durante o ano de aplicação do Programa.



# Destaques





## DIREITOS DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS E PEC DO TRABALHO ESCRAVO

A Anamatra acompanhou a reunião da Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição, que analisou a regulamentação dos direitos do trabalhador doméstico, da PEC do trabalho escravo e da greve no serviço público. Desde 2013, a Anamatra acompanha os trabalhos da Comissão e vem, a convite do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentando sugestões para consolidar a legislação federal

e regulamentar dispositivos da Constituição ainda carentes de normatização.

Especificamente em relação ao trabalho escravo, foi aprovado relatório de Jucá sobre as emendas apresentadas por senadores ao PLS 432/2013, que regulamenta a Emenda Constitucional do Trabalho Escravo (EC 81). Das 55 emendas, foram acatadas 29. O projeto volta agora para o Senado, que tomará uma decisão final sobre manter ou não as emendas.

## CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO



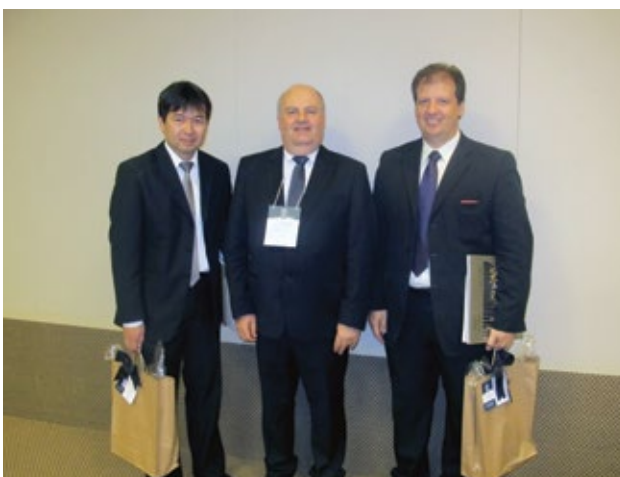
A Anamatra participou de audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei (PL) 6.906/13, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para criar a figura dos consórcios de empregadores urbanos. De acordo com a proposta o consórcio, formado por pessoas físicas ou jurídicas, será equiparado ao empregador, assumindo os riscos da atividade econômica e sendo responsável pela admissão de pessoal e pagamento da prestação de serviços. Para existir, o consórcio deverá ser registrado no cartório de títulos e documentos do local da prestação dos serviços.

## 2º CURSO DE PROCESSO LEGISLATIVO



A Anamatra realizou durante dois dias o 2º Curso de Processo Legislativo – Procedimentos Legislativos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O evento contou com a presença da Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e reuniu 105 magistrados, entre associados à Anamatra e das demais entidades.

## Legislativo



## MANUAL DE PROCESSO LEGISLATIVO



O 2º Curso de Processo Legislativo também foi palco para o lançamento do Manual de Processo Legislativo direcionado aos Magistrados da Justiça do Trabalho. A publicação tem como objetivo ser um guia para facilitar a compreensão e a consulta sobre o processo legislativo, além de interagir com as demandas da Anamatra no Congresso Nacional.

## CRIME DE VIOLAÇÃO DE PRERROGATIVAS DE ADVOGADOS

A Anamatra encaminhou aos senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal nota técnica sobre o PLS nº 385/2013, que altera o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/1994), notadamente no que diz respeito à introdução de tipos penais novos relativos às atividades da advocacia - em especial o crime de violação de prerrogativas. Para a Anamatra, eventual discussão sobre a violação de prerrogativas, tanto

dos advogados quanto de magistrados e membros do Ministério Público, deve ser discutida no âmbito do Código Penal, cuja reforma está prevista no PLS nº236/2012, "com a devida sistematicidade e em condições de paridade com as demais funções essenciais à Justiça". Nesse projeto, por iniciativa da Anamatra, está contemplado o crime de violação de prerrogativas de juízes e membros do Ministério Público (parágrafo 1º do art.300).

## NOVO CÓDIGO PENAL

A Anamatra participou de reunião de trabalho promovida pela Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Os participantes debateram o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2012 – o "novo Código Penal" -, na perspectiva da tutela penal dos direitos sociais e da pessoa do trabalhador, perpassando a questão das respectivas competências jurisdicionais, que será objeto de reunião própria. Além da Anamatra, participaram os representantes do Ministério Público do Trabalho e da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



## Legislativo

## SUBCOMISSÃO ESPECIAL DO MUNDO DO TRABALHO



A Comissão Legislativa da Anamatra participou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, da instalação da Subcomissão Especial do Mundo do Trabalho. A Subcomissão, que tem como objetivo analisar aproximadamente 180 projetos de interesse dos trabalhadores terá como presidente o deputado Assis Melo (PCdoB-RS) e como relator, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP).

## CAMPANHA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO



A Anamatra participou do lançamento da Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho de 44 para 40 horas semanais. As entidades que apoiam a campanha pedem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 231/95, que estipula a diminuição da jornada sem redução salarial e com aumento do adicional de horas extras de 50% para 75%.



## MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E DIREITO PENAL INCLUSIVO



A Anamatra esteve presente no debate sobre “Meio ambiente do trabalho e Direito Penal inclusivo” na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. A audiência foi requerida pelo senador Paulo Paim (PT/RS), que convidou representantes da Magistratura e do Ministério Público para analisar problemas relativos ao equilíbrio do meio ambiente do trabalho e à integridade física, psíquica e moral dos trabalhadores brasileiros. Atendendo ao convite, a A Anamatra participou de reunião de trabalho promovida pela Secretaria da

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Na reunião, a entidade entregou documento com sugestões para os trabalhos da comissão com o objetivo de “aproximar as concepções de mundo para construir um projeto legislativo comum de melhoria da legislação de tutela da matéria penal. O documento também é subscrito pela Procuradoria Geral do Trabalho, pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público.

# AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL 2014

A defesa dos direitos trabalhistas, a luta contra a precarização do trabalho e pela justiça social deram o tom dos discursos no lançamento da Agenda Política-Institucional da Anamatra 2014, ocorrido na Câmara dos Deputados. A realização do evento, que reuniu diversas autoridades, entre parlamentares e representantes da entidade civil, contou com o apoio do gabinete do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.





## Legislativo

## 25 ANOS DO STJ



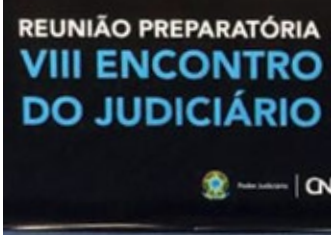
A Anamatra esteve presente na sessão solene do Congresso Nacional pelos 25 anos de criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

## 35 ANOS DA ANPT



A Anamatra participou da sessão solene na Câmara dos Deputados em comemoração aos 35 anos de fundação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). A entidade também prestigiou a abertura do XIX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho - CNPT, promovido anualmente pela ANPT.

# 8º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



A defesa de mais democracia na discussão das metas nacionais para o Poder Judiciário e um chamado à reflexão sobre os objetivos institucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esses foram os temas centrais da intervenção da Anamatra no 8º Encontro Nacional do Poder Judiciário. O evento foi promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em Florianópolis (SC). Também fez parte da intervenção da Anamatra um apanhado histórico da própria criação do Conselho, por meio da Emenda Constitucional 45, que teve apoio da Anamatra, porém em um cenário de formação mais democrático.

## Judiciário

## POSSE PRESIDÊNCIA DO STF

A Anamatra participou da solenidade de posse do ministro Ricardo Lewandowski na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da ministra Cármen Lúcia na Vice-Presidência. O evento, prestigiado por autoridades dos três Poderes da República, dirigentes da Anamatra, das Amatras, presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho e diversos juízes do Trabalho, foi marcado por discursos em defesa do diálogo e democracia dentro da Corte.



## POSSE STJ

A Anamatra prestigiou também a posse do ministro Francisco Falcão como presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da ministra Laurita Vaz como vice-presidente para o biênio 2014-2016, realizado em setembro. Em agosto, a Anamatra recebeu visita cortesia do ministro Francisco Falcão. Na ocasião, o ministro entregou convite para sua solenidade de posse.

## POSSE DA NOVA CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA



A Anamatra prestigiou a posse da nova corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

## POSSE TST



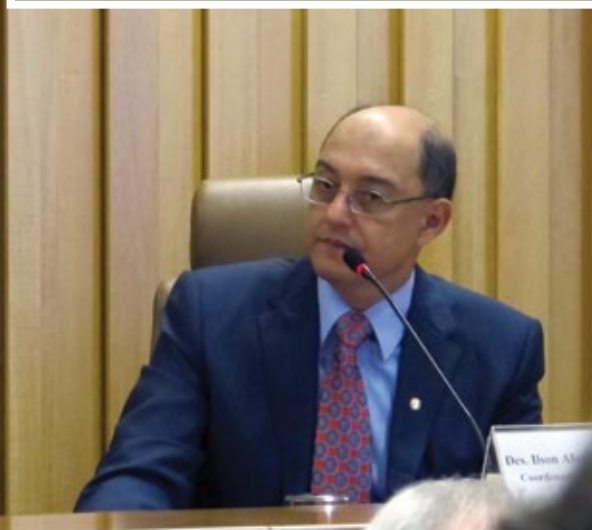
A Anamatra prestigiou a posse da desembargadora Maria Helena Mallmann, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e presidente da Anamatra na gestão 1995/1997. A magistrada foi empossada administrativamente no cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A nova ministra assumirá vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

## Judiciário

## COLEPRECOR



A Anamatra também participou de reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs (Coleprecor), a convite do desembargador e coordenador do Coleprecor à época, Ilson Alves Pequeno Junior.



## PRÊMIO INNOVARE



A Anamatra esteve presente em 2014 nos eventos que marcaram a décima primeira edição do Prêmio Innovare. A Anamatra é uma das entidades apoiadoras do Prêmio. O Prêmio anualmente elege e consagra práticas e soluções criativas que contribuem para o aprimoramento e a modernização do sistema judiciário brasileiro. Em diversas ocasiões, a Anamatra participou das reuniões da Comissão Julgadora e do Conselho Superior do Prêmio Innovare.





*Durante o ano de 2014 a Anamatra acompanhou diversas sessões no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), este último onde tem assento e voz. Os dois órgãos foram objeto de diversas ações de autoria da entidade em prol da Magistratura e da Justiça do Trabalho. Os principais destaques do ano, noticiados pelo Jornal Anamatra, serão apresentados a seguir.*

## SAÚDE DOS MAGISTRADOS



A Anamatra recebeu contribuições das Amatras e de seus associados sobre a proposta de Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) destinada a criar a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. A ideia da Anamatra foi compilar as sugestões e encaminhá-las oficialmente ao Conselho, que abriu consulta pública sobre o tema. De acordo com o Conselho, entre os objetivos dessa política está a definição de princípios, diretrizes e parâmetros para a implantação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltados

à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrados e servidores. A Anamatra também divulgou nota pública criticando a deliberação dos Tribunais Regionais do Trabalho contrária à proposta da Associação de criar uma meta para a redução dos fatores de stress ocupacional e de risco à saúde de magistrados. A decisão foi tomada durante a reunião preparatória do 8º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Na nota, entre outros pontos, a entidade afirmou que levaria formalmente a questão ao CNJ e que proporia discussão em assembleias regionais para deliberar sobre o tema.

## CNJ e CSJT

## JUIZ SUBSTITUTO PODE SER AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DE TRIBUNAL

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, deferiu liminar em Reclamação para Garantia da Decisão (RGD 0006469-04.2014.2.00.0000) ajuizada pela Amatra 16 (MA) e a Anamatra em assistência a associados da 16ª Região. O ato impugnado foi a Resolução nº 257/2014 do Tribunal Pleno daquele Regional que revogou a escolha de um juiz auxiliar da Presidência, por ser juiz substituto. Na reclamação ao CNJ, as associações defenderam a escolha do juiz auxiliar pelo presidente do Tribunal, sem necessidade de autorização, homologação ou liberação pelo Pleno, bem como a possibilidade de ser escolhido juiz substituto como juiz auxiliar da Presidência.

## ASSOCIADOS APOSENTADOS

A Anamatra obteve no dia 1º de dezembro medida liminar antecipatória em ação ordinária, na Justiça Federal do Distrito Federal, para que sejam suspensos quaisquer efeitos da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Procedimento de Controle Administrativo (PCA) nº 0002521-88.2013.2.00.0000, obstando quaisquer cobranças ou descontos administrativos, nos vencimentos dos juizes do Trabalho aposentados em 2º grau que se jubilaram com acréscimo salarial de 20% (vinte por cento), e suspendendo quaisquer procedimentos de repetição administrativa em curso ou em vias de ser instaurado em quaisquer Tribunais Regionais do Trabalho. A entidade requereu, ainda, a imediata determinação de recomposição das parcelas decorrentes dos artigos 192 da Lei 1.711/1952 e 250 da Lei n. 8.112/1990, atendendo-se à sistemática administrativa anterior (Res. CSJT n. 56). O pleito, nessa parte, ainda não foi apreciado pelo juiz natural da causa.

## CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA CONVOCAÇÃO



A Anamatra protocolou novo pedido de ingresso como parte interessada no processo nº 0005214-11.2014.2.00.0000, relativo à convocação de magistrados para substituições no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará). O processo está sob a relatoria do conselheiro Paulo Teixeira, que concedeu liminar determinando a adoção de critérios objetivos para aquelas convocações. Na peça, a entidade lembra que o procedimento de convocações pelo TRT vem sendo feita sem a fixação de critérios objetivos. A Anamatra também lembra que os tribunais regionais

do trabalho, desde 2011, estão vinculados por decisão do CNJ no PCA n. 0005894-98.2011.2.00.0000, à qual foi conferida efeito normativo, determinando a observância de critérios objetivos e impessoais na formação das listas de substituição/convocação para o 2º grau, sendo certo que, à falta de regulamentação regional específica (calcada nos princípios da legalidade e da impessoalidade), devem aplicar subsidiariamente o regramento da Resolução CNJ n. 106, formando, nos termos daquela normativa (e no que couber), listas de antiguidade e de merecimento.

## MANIFESTO EM DEFESA DA MAGISTRATURA

Indignadas com a postura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a edição das Resoluções 193, 194 e 195 de 2014 e, no mês de junho, com a revisão da Resolução nº 70/2009, restringindo importantes avanços conquistados, ao limitar a participação e o voto dos magistrados indicados pelas entidades de classe para compor comissões e núcleos gestores de matérias de interesse direto da Magistratura, como a lotação de pessoal, planejamento estratégico e a reorientação das prioridades do orçamento; associações de magistrados, entre elas a Anamatra, subscreveram o manifesto da Magistratura Nacional.

## PROMOÇÃO POR MERECEIMENTO

A Anamatra participou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do workshop destinado a discutir a proposta de alteração da Resolução nº 106/2010 do Conselho que define critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de juízes. O evento foi coordenado

pelo conselheiro do CNJ Guilherme Calmon, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ e relator de um processo de Comissão, em tramitação no Conselho, que propõe a revisão da Resolução CNJ nº 106.



## SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, por unanimidade alterar o texto da Resolução CNJ nº 176/2013, para formal e expressamente incluir a Justiça do Trabalho no Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. A decisão atendeu o pedido de providências formulado pela Anamatra (PP nº 3632-10.2013.2.00.0000) nesta gestão.

## DIREITO DOS JUÍZES SUBSTITUTOS À MANUTENÇÃO DA PARCELA DE SUBSTITUIÇÃO EM SITUAÇÕES ESPECIAIS

Dando cumprimento à deliberação do seu Conselho de Representantes, a Anamatra apresentou ao CSJT Pedido de Providências que reclama o reconhecimento do direito dos juízes substitutos à chamada “parcela de substituição”, mesmo quando, durante suas designações, afastam-se para tratamento de saúde ou para determinadas licenças vinculadas à proteção familiar. De acordo com o parecer da Comissão Nacional de Prerrogativas, é social e juridicamente injustificável a supressão da parcela de substituição (artigo 656, §3º, da CLT) quando

o juiz do Trabalho substituto afasta-se para tratamento de saúde, ou para usufruir de licença-maternidade, ou ainda de licença-paternidade ou em razão de adoção. A perda da parcela no momento do afastamento temporário, justamente quando se presumem mais necessárias, em razão de determinadas despesas, avilta a condição social do juiz, fere a legalidade e destoa dos próprios termos da Resolução CSJT n. 33/2007, como já decidiu o CNJ no PCA n. 2008.10.00.001354-1 (no caso dos afastamentos para tratamento de saúde).

## 3º ENCONTRO DE MAGISTRADOS DO CENTRO-OESTE



A Anamatra participou no município de Rio Quente (GO) do 3º Encontro de Magistrados do Trabalho do Centro-Oeste. O evento teve como anfitriões a Amatra 18 (GO), o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e a Escola Judicial do TRT 18. Essa foi a terceira edição do Encontro, resultado da parceria entre os TRTs do Trabalho, respectivas Escolas Judiciais e as Amatras da 10ª, 18ª, 23ª e 24ª

Regiões, envolvendo magistrados do Distrito Federal, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O evento teve como objetivo promover estudos jurídicos sobre temas como perícias judiciais em matéria acidentária, os reflexos do novo CPC no Processo do Trabalho, o estatuto do motorista e seus desafios, o sistema de previdência da Magistratura nacional, entre outros.

## ENCONTRO REGIONAL AMATRA 9



A Anamatra participou do Encontro Anual dos Magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná, realizado em Foz do Iguaçu (RS). Nesta edição, o evento organizado pela Amatra 9, em parceria com a Escola Judicial do TRT da 9ª Região, foi pautado por discussões acerca de ética, liderança nas organizações e a greve no transporte público.

## 14º ENCONTRO ANUAL DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO



A Anamatra participou do 14º Encontro Anual de Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, evento promovido pela Amatra 10 (DF e TO). A Anamatra discutiu o alcance e a importância das Resoluções do CNJ, notadamente as de nº 194 e 195, e destacou que os aumentos de trabalho e das demandas judiciais desafiam um acompanhamento sério acerca da qualidade de vida dos magistrados e dos riscos de adoecimento no trabalho.

## ENCONTROS DA AMATRA 6 (PE) E DA ALJT



Aprofundar a reflexão da Magistratura sobre a importância do direito internacional do trabalho no Brasil e na América Latina. Esse foi o principal desafio dos participantes do 23º Encontro Regional da Amatra 6 (PE) e do 5º Congresso da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, que aconteceu em Porto de Galinhas (PE) com o tema "Direitos do Trabalho na América Latina – Contextos e Desafios". A Anamatra também esteve presente.

## CONGRESSO DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO



A Anamatra palestrou no Congresso de Direito e Processo do Trabalho, realizado em Vitória (ES). O Congresso promovido pela Amatra 17 (ES) provocou reflexões acerca das principais questões que gravitam sobre temas de Direito material e processual do trabalho na sociedade em transformação, neste início de século.

## SEGURANÇA PRIVADA

A Anamatra também participou do 1º Encontro Regional de Empresas de Vigilância e Segurança Privada do Estado de São Paulo, realizado em Campinas (SP). O convite para participação no evento foi feito pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), após intervenção da Anamatra, em seminário do setor de prestação de serviços realizado na Câmara dos Deputados. O Encontro teve como tema "Direito do Trabalho e livre iniciativa: Convergências entre o capital e o social" e reuniu empresários e advogados do segmento de segurança privada e vigilância patrimonial.

## SEMINÁRIO UFMG

A Anamatra participou do "I Seminário Prunart sobre Administração da Justiça", realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O seminário aconteceu na Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte.



## MANIFESTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

A Anamatra divulgou um manifesto em prol da democratização do Poder Judiciário. No documento, a entidade lembra os 50 anos do golpe militar de 31 de março de 1964 e a permanente luta dos juízes por democracia interna nas instituições do Judiciário e respeito aos direitos sociais.

## VIOLÊNCIA

A Anamatra manifestou-se acerca do episódio que tirou a vida do oficial de justiça Francisco Pereira Ladislau Neto, que atuava na região de Barra do Piraí, no Rio de Janeiro. Para entidade, o crime representa violência perpetrada contra o Próprio Poder Judiciário.

## REPÚDIO

A Anamatra e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) divulgaram nota de repúdio às declarações do presidente do Clube Atlético Mineiro, Alexandre Kalil, realizadas na rede social Twitter contra o juiz federal André Gonçalves de Oliveira Salce, titular da 26ª Vara Federal de Belo

Horizonte. Para as associações, ao xingar e ameaçar o juiz federal por conta de decisão judicial proferida em desfavor do Clube Atlético Mineiro, o dirigente ofende o Poder Judiciário como um todo e desonra a história do centenário clube de futebol que atualmente preside.



## POSSE NOVA DIRETORIA DA AJUFE



A Anamatra participou da solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). A cerimônia reuniu autoridades dos três poderes da União.

## POSSE DA NOVA DIRETORIA DA AMATRA 3

A Anamatra compareceu à posse da nova Diretoria da Amatra 3 (MG). Na ocasião, foram apresentados os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Disciplina, Ética e Prerrogativas, Conselho Fiscal e Representantes Regionais.



## POSSE NOVA DIRETORIA DA AMATRA 21 (RN)

A Anamatra compareceu à cerimônia de posse da diretoria que assumiu as atividades da associação no biênio 2014-2016 realizada na Escola do Governo do Rio Grande do Norte (RN).



Foto: Elpidio Jú

## POSSE NOVOS DIRIGENTES DA AMATRA 4 (RS)



A diretoria da Amatra 4/RS foi empossada numa cerimônia realizada em caráter inédito no Pleno do Tribunal Regional do Trabalho (TRT4). Coube a Anamatra, transmitir o cargo do então presidente da Amatra 4 (RS), Daniel Nonohay, ao juiz Rubens Clamer.

# ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

A Comissão de Assuntos Previdenciários (CAP) da Anamatra, cuja constituição estava entre os compromissos programáticos da atual Diretoria da entidade, reuniu-se várias vezes durante o ano de 2014. A Comissão debateu: a incidência de IRPF sobre juros de mora (PAE) e os esforços de argumentação das associações junto aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STJ); ações judiciais para os juízes aposentados

(vantagens das Leis ns. 1.711/1952 e 8.112/1990) e a liminar obtida pela Anamatra em 1º.12.2014; a ação judicial da Ajufe sobre o direito dos juízes federais ao 14º e ao 15º salários, por isonomia com os congressistas (estado da questão); ação judicial dos servidores (revisão de 1%) e revisão geral anual (reflexos possíveis para os interesses da Magistratura), entre outros assuntos que estiveram na pauta.



## Associativas / De Brasília

## NOVOS JUÍZES

Dirigentes da Anamatra receberam no ano de 2014 duas turmas de novos juizes que estiveram em Brasília para o Curso de Formação Inicial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Os novos magistrados tiveram a oportunidade de conhecer a sede da entidade e saber mais sobre sua atuação e objetivos.



## PRERROGATIVAS



Durante o ano de 2014 a Anamatra realizou duas reuniões dos Diretores e Comissões de Prerrogativas. A primeira reunião contou com a presença da diretoria e do conselho deliberativo da Funpresp-Jud. O segundo encontro contou com a participação de presidentes e diretores de Prerrogativas das Amatras, além do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Guilherme Calmon, que palestrou sobre o tema "CNJ: finalidades, estrutura e ação – As prerrogativas dos Juizes na jurisprudência do Conselho".

## DESCERRAMENTO PLACA

A Anamatra realizou a cerimônia de aposição da foto do juiz Renato Henry Sant'Anna na Galeria de Presidentes da entidade. O magistrado, que presidiu a Anamatra no biênio 2011/2013, foi recebido por dirigentes da Anamatra, integrantes do Conselho de Representantes da entidade, juízes do Trabalho de diversas Regiões e representantes de outras entidades.



## PRESIDENCIÁVEIS

A Anamatra, acompanhada de dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) esteve reunida no Comitê Eleitoral da candidata à Presidência da República Dilma Rousseff. Na ocasião, foi entregue à advogada interna do Comitê questionário produzido em conjunto pelas três

entidades com linhas de questionamentos sobre os planos de governo e a atuação nas áreas de direitos humanos e sociais, saúde, educação, combate à corrupção, acesso ao Poder Judiciário, bem com sua independência e democratização. As associações repetiram o procedimento com os candidatos Aécio Neves e Marina Silva.



## Associativas / De Brasília

## CONVÊNIO

A Anamatra reuniu-se com o diretor da faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Pedro Paulo Teixeira Manus, e com a assistente especializada da Pró-reitoria de educação continuada, Márcia Flaire Pedroza. Na oportunidade, foi tratado do convênio entre a Anamatra e a PUC/SP, visando à formação de curso de especialização lato sensu para juízes do Trabalho. A Anamatra trabalha com a possibilidade de turmas quinzenais, às sextas e sábados, de modo que os juízes de todo o Brasil tenham possibilidade de participar.



## CONEMATRA



A Anamatra participou em Natal (RN), da reunião do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), em Natal/RN. O Conselho é um fórum que reúne escolas judiciais e associativas trabalhistas de todo o país para promover estudos e debates sobre o recrutamento e a formação de juízes do Trabalho.

## CONSELHO DE REPRESENTANTES



O Conselho de Representantes da Anamatra realizou durante o ano de 2014 sua reunião mensal. Em uma das reuniões, o Conselho recebeu o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, ocasião em que foi recebido pelos presidentes das 24 Amatras e diretores da Anamatra. Em outubro, o Conselho reuniu-se na sede da entidade para tratar de temas de interesse da associação e celebrar os 38 anos da Anamatra. Em março, o Conselho recebeu o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Barros Levenhagem. Já no mês de agosto esteve presente à reunião do Conselho o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, ministro João Batista Brito Pereira.



# Associativas / De Brasília





## POSSE NOVO MINISTRO DO TCU



A Anamatra prestigiou a solenidade de posse do novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. A vaga que foi ocupada é decorrente da aposentadoria do ministro Valmir Campelo. A prerrogativa para indicação ao cargo foi do Senado Federal e teve aprovação, com 270 votos, da Câmara dos Deputados. A cerimônia aconteceu no Plenário do tribunal, em Brasília.



## ESCOLAS ASSOCIATIVAS

A Anamatra sediou reunião de dirigentes da entidade com diretores de Escolas Associativas e também culturais das Amatras. O objetivo foi o de possibilitar o conhecimento a respeito da realidade nacional em temas referentes à formação inicial e continuada dos juízes e assim viabilizar uma atuação qualificada da Anamatra nas reuniões do Conematra, fórum que a entidade voltou a frequentar.



## Associativas / De Brasília

## CONBRASCOM

A Anamatra participou, por meio de sua Assessoria de Imprensa, do 10º Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom). O evento, que aconteceu na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, teve como objetivo fomentar o debate visando o desenvolvimento de uma política de comunicação voltada para o esclarecimento do cidadão e para a democratização das instituições e o acesso à Justiça. Em sua 10ª edição, o Conbrascom de 2014 debateu o tema "Desafios da Comunicação: Avanço Tecnológico X Humanização".



## FÓRUM SETOR DE SERVIÇOS



A Anamatra participou de encontro realizado na Câmara dos Deputados, no Fórum do Setor de Serviços. O evento teve como objetivo discutir as questões que mais afetam o empreendedorismo no segmento de serviços. A iniciativa do Fórum resultou de parceria entre a Central Brasileira do setor de Serviços (Cebasse) e a Frente Parlamentar Mista de Defesa do Setor de Serviços, presidida pelo deputado Laércio Oliveira (SDD/SE).

## OFICINA DE INDICADORES NACIONAIS DE ACESSO À JUSTIÇA

A Anamatra participou da Oficina: Indicadores Nacionais de Acesso à Justiça, promovida pela Secretaria de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), juntamente com a Universidade de Brasília (UnB). O evento foi realizado no auditório do CDT UnB.



## ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO

A Anamatra participou das cerimônias de abertura do Ano Judiciário de 2014 no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior do Trabalho (TST).



## Associativas / De Brasília

## PRÊMIO JORNALISTA

A Anamatra, a convite da CUT, participou como jurado do 1º Prêmio Luiz Gushiken de Jornalismo Sindical e Popular, na categoria fotografia.

A Anamatra criou em seu portal o “Livro Vivo”, trata-se de um espaço com o objetivo de reunir relatos, experiências e memórias dos associados à Anamatra, em seu ofício judicante, tendo como finalidade o resgate de fatos pitorescos e curiosos da vida dos juízes.

## LIVRO VIVO

## REVISTA TRABALHISTA DIREITO E PROCESSO

A Anamatra publicou no ano de 2014 seis edições da Revista Trabalhista Direito e Processo. A publicação é um importante veículo crítico de divulgação de ideias na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, com ênfase em matérias atinentes à nova competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45 e aos impactos do Processo Civil no Processo do Trabalho. Também aborda outros ramos do Direito e do conhecimento, desde que guardem relação com o mundo do trabalho e com a atuação da Justiça.



## TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA (TJC)

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) da Anamatra continuou expandindo suas atividades em todo o Brasil durante o ano de 2014 por meio do trabalho das Amatras e parceiros. Entre seminários de capacitação para professores, convênios, parcerias e culminâncias como ilustrados nas fotos a seguir.













## 9º ENCONTRO NACIONAL DO TJC

Juízes do Trabalho de diversas regiões do país relataram suas experiências com a aplicação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) em diversas escolas do país. A atividade fez parte do 9º Encontro Nacional do TJC, promovido pela Anamatra em parceria com a Amatra 17, em Vitória (ES). Além dos dirigentes da Anamatra, presidentes

de Amatras e de membros da Comissão Nacional do TJC, o encontro contou com a participação de magistrados que atuam com o Programa no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Amapá, Paraná, Distrito Federal, Campinas, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul.





## PROGRAMA TJC É APRESENTADO À CDH DO SENADO FEDERAL

Dirigentes da Anamatra estiveram reunidos com a senadora Ana Rita (PT-ES). A parlamentar, que preside a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, foi apresentada ao Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O objetivo do encontro foi discutir uma parceria com a Comissão no que diz respeito à agenda cidadã da Anamatra. Na ocasião, a senadora recebeu os materiais didáticos utilizados pelo TJC, a exemplo da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, da Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável e da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, publicada em português, inglês, francês e espanhol.



## PALESTRA PARA MENINAS CARENTES



A Anamatra ministrou palestra para 850 meninas carentes, com idade entre 12 e 18 anos, da Escola Vila das Crianças, localizada na cidade de Santa Maria (DF). As palestras fizeram parte das comemorações dos 13 anos de fundação e funcionamento na instituição no Brasil.



# 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO

A Anamatra participou da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar). O evento realizado em São Paulo reuniu imigrantes, acadêmicos, representantes de organismos públicos, internacionais e da sociedade civil, para discutir as propostas do debate público sobre a realidade migratória no país. A participação da Anamatra na Conferência foi especificamente no grupo de “Marco legal e gestão pública para migração e refúgio”, onde teve incluída, por sua iniciativa, no texto final da conferência, pro-

posição pela ratificação pelo Brasil, da Convenção 143 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da imigração efetuadas em condições abusivas e sobre promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores imigrantes e, também, a participação do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, advogados e Ministérios Públicos na linguagem da OIT), na proposição de criação de órgão nacional especializado e responsável pelos temas de migração.



## Direitos Humanos

CAMPANHA “CARTÃO VERMELHO  
AO TRABALHO INFANTIL”

A Anamatra participou do lançamento da campanha “Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil”, realizado no Rio de Janeiro. Cerca de mil pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos, formaram um grande mosaico humano, nas areias da Praia de Botafogo, na Zona Sul da cidade, em forma do cartão vermelho ao trabalho infantil para marcar o dia mundial e nacional contra o Trabalho Infantil.



## MOVIMENTO HUMANOS DIREITOS



A Anamatra reuniu-se no Rio de Janeiro (RJ), com os dirigentes do Movimento Humanos Direitos (MHuD) Ricardo Rezende e Salette Hallack. No encontro, foram discutidos assuntos relativos à 6ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2014 e do Seminário “A Terceirização no Brasil: impactos, resistências e lutas”.

# TRABALHO ESCRAVO



A erradicação do trabalho escravo é uma das bandeiras da Anamatra, que acompanha a tramitação da PEC, desde que foi apresentada ao Senado em 1999. Vale ressaltar que, na Câmara, a proposta foi pensada a um projeto de 1995 de autoria do deputado Paulo Rocha (PT-PA), o que coloca o tema em discussão no Parlamento há 19 anos. A Anamatra também integra a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a Conatrae. A Anamatra participou do lançamento da Campanha pela Erradicação do Trabalho Escravo, iniciativa do Ministério Público Federal (MPF). O evento integrou as atividades da Semana Nacional de

Combate ao Trabalho Escravo. Também para marcar a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a ONG Repórter Brasil, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra e a Walk Free, elaborou uma campanha sobre o tema para as redes sociais. O objetivo foi engajar a sociedade no movimento pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57A/99, a PEC do Trabalho Escravo, que “estabelece a pena de perda de gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba”.

## Direitos Humanos

# TRÁFICO DE PESSOAS

A Anamatra, na qualidade de eleitora do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap) marcou presença no Ministério da Justiça, na cerimônia de posse dos integrantes do Conatrap, órgão formado por 26 membros representantes da sociedade civil e do Governo Federal, que cumprirão um mandato de dois anos. O Comitê, assim como do 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, fortalece as perspectivas

do país de enfrentamento deste crime, que está associado à exploração sexual e ao trabalho escravo no Brasil. Na condição de eleitora, a Anamatra participou no processo de constituição do Comitê, votando em organizações da sociedade civil ou instituições acadêmicas com especialistas no tema do tráfico de pessoas e em uma representante de Comitê Estadual ou Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.





# 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DA ANAMATRA

Durante o ano de 2014 a Comissão Organizadora da Anamatra trabalhou para realizar a 8ª edição de seu Congresso Internacional, evento que aconteceu entre os dias 9 e 13 de fevereiro em Roma (Itália). A exemplo das edições anteriores, o Congresso possibilitou a visita de mais de cem juizes do Trabalho brasileiros a órgãos do Poder Judiciário italiano, além de outras instituições, como o Parlamento e o Conselho Superior da Magistratura. O evento também permitiu aos participantes o conhecimen-

to sobre a realidade do Direito do Trabalho e do funcionamento da Justiça daquele país. Para tanto, a entidade firmou parceria com a Universidade Sapienza a quem também coube a certificação aos congressistas. O evento contou ainda com conferências, palestras e painéis como do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Augusto César Leite de Carvalho, e do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que fez pronunciamento ao final do Congresso.



**8º Congresso Internacional da Anamatra**  
 09 A 13 | FEV | 15  
 ROMA ■ ITÁLIA

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA AMATRA 15



A Anamatra participou, em Santiago (Chile), do 4º Seminário Internacional da Amatra 15 (Campinas e Região). Na ocasião, foram debatidos vários temas, entre eles o painel “A independência e as Prerrogativas da Magistratura Laboral” e o painel “Contrato de Trabalho e Terceirização”.



## Internacional

## COMISSÃO TRIPARTITE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Anamatra participou da reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais, no auditório do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entre as pautas de discussão, foram examinados os textos do protocolo e da recomendação sobre a convenção do trabalho forçado (nº 29) aprovados na 103ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 2013. Ainda na reunião, que contou com a presença dos ministros do MTE, Manoel Dias, e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Idelli Salvatti, além da diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo, foram discutidas algumas alternativas para a continuidade da construção do texto, iniciado na conferência da OIT, sobre a facilitação da transição da economia informal para a economia formal. Nesse sentido, representantes das bancadas dos empregadores e dos trabalhadores apresentaram sugestões e propostas de encaminhamento, inclusive envolvendo a criação de grupos de trabalhos para discutir melhor os temas, em especial aqueles que terão sua discussão aprofundada nas próximas edições da Conferência da OIT, a exemplo da questão concernente ao combate à informalidade no mercado de trabalho.



## CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



A Anamatra recebeu mensagem da Corte Interamericana de Direitos Humanos informando que a denúncia feita pela Anamatra à Corte foi registrada sob o número P-194-13 e está sendo analisada. No documento, a entidade aponta a falta de uma política remuneratória consistente para os membros do Poder Judiciário brasileiro e as reiteradas violações das propostas orçamentárias do Poder Judiciário pelos Poderes Executivo e Legislativo.

## Internacional

# RELAÇÕES EXTERIORES



Em seguimento à formulação de projeto para aplicação da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, instrumento do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) em outros países, dirigentes da Associação reuniram-se com o diretor da Agência Brasileira de Cooperação, o embaixador José Fernando de Abreu. Na ocasião, discutiu-se a configuração de projeto e caminhos para sua implantação no âmbito da cooperação sul-sul do ministério das Relações Exteriores e trilateral, em convênio com a OIT. Sobre o mesmo tema, a Anamatra reuniu-se com o Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministério Trabalho e Emprego (MTE), Mário Barbosa.

RETROSPECTIVA 2014

## Expediente

PRESIDENTE:

**Paulo Luiz Schmidt**  
(Amatra 4/RS)

VICE-PRESIDENTE:

**Germano Silveira de Siqueira**  
(Amatra 7/CE)

SECRETÁRIA-GERAL:

**Noemia Aparecida Garcia Porto**  
(Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

**Narbal Antônio de Mendonça Fileti**  
(Amatra 12/SC)

DIRETORA FINANCEIRA:

**Raquel Fernandes Lage**  
(Amatra 3/MG)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

**Luciana Gonçalves de Oliveira Pereira das Neves**  
(Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS:

**Guilherme Guimarães Feliciano**  
(Amatra 15/Campinas e Região)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

**Fabício Nicolau dos Santos Nogueira**  
(Amatra 9/PR)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

**André Machado Cavalcanti**  
(Amatra 13/PB)

DIRETORA DE EVENTOS E CONVÊNIOS:

**Ana Cláudia Scavuzzi Magno Baptista**  
(Amatra 5/BA)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

**Platon Teixeira de Azevedo Neto**  
(Amatra 18/GO)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

**Maria Wilma de Macedo Gontijo**  
(Amatra 1/RJ)

DIRETORA DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

**Silvana Abramo Margherito Ariano**  
(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL:

**Adib Pereira Netto Salim** (Amatra 17/ES),  
**André Luiz Machado** (Amatra 6/PE),  
**Ivan José Tessaro** (Amatra 23/MT);

SUPLENTE:

**Vitor Leandro Yamada**  
(Amatra 14/RO e AC)

CORRESPONDÊNCIAS:

**SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608**  
**Brasília/DF CEP: 70316-000**

NA INTERNET: [www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)  
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388  
[imprensa@anamatra.org.br](mailto:imprensa@anamatra.org.br)

REDAÇÃO E EDIÇÃO:

**Fabício Cândido** (10467/DF)  
**Severino Goes** (699/05/42V/DF)

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

**Fabício Cândido** (10467/DF)

MARKETING: **Adriana Zetula**

DIAGRAMAÇÃO:

**Clarissa Teixeira, Eduardo Neiva Tavares e Luisa Bravo**



[www.anamatra.org.br](http://www.anamatra.org.br)  
[www.facebook.com/anamatra](https://www.facebook.com/anamatra)  
[www.twitter.com/anamatra](https://www.twitter.com/anamatra)  
[www.youtube.com/tvanamatra](https://www.youtube.com/tvanamatra)  
[www.flickr.com/photos/anamatra](https://www.flickr.com/photos/anamatra)

